

Processos contra os desembargadores do TJDF Pedro Aurélio e Wellington Medeiros serão analisados por Sabo Paes. O Ministério Público local quer saber que providências ainda poderá tomar no caso

Nas mãos do procurador-geral

MATHEUS LEITÃO

DA EQUIPE DO CORREIO

Gilberto Alves 17.9.02

O procurador-geral do Ministério Público do Distrito Federal, José Eduardo Sabo Paes, pediu vistas dos processos administrativos contra os desembargadores Pedro Aurélio Rosa de Farias e Wellington Medeiros. Os dois magistrados são investigados no Tribunal de Justiça do DF (TJDF) por envolvimento com o crime organizado. Pedro Aurélio é relacionado com a venda de *habeas corpus* a traficante e Medeiros com o favorecimento de supostos grileiros de terras.

Sabo Paes pretende analisar minuciosamente os dois processos. O objetivo é avaliar se ainda cabe alguma medida do Ministério Público do DF (MPDF) no trâmite atual dos processos. A acusação contra Pedro Aurélio está nas mãos do desembargador Asdrúbal Nascimento, enquanto que a de Medeiros está com o desembargador



SABO PAES: VISTAS PARA SABER COMO O MPDF VAI PROCEDER NO CASO

Getúlio Pinheiro. Os processos administrativos podem levar no máximo a aposentadoria compulsória, com vencimentos proporcio-

nais ao tempo de serviço.

Pedro Aurélio e Medeiros foram investigados, entre os dias 3 e 18 de dezembro, por uma sindi-

ENTENDA O CASO

Investigação de juízes

Os desembargadores Pedro Aurélio e Wellington Medeiros foram investigados em sindicância no TJDF

PEDRO AURÉLIO

- ✔ O desembargador é suspeito de vender *habeas corpus* a traficantes
- ✔ A negociação teria acontecido a partir do advogado de um traficante
- ✔ Depoimentos a promotores e à comissão de sindicância revelam o "esquema"

WELLINGTON MEDEIROS

- ✔ Sindicância do TJDF relaciona o desembargador com a grilagem de terras
- ✔ Medeiros é suspeito de favorecer supostos grileiros de terras públicas
- ✔ A sindicância relaciona gravações feitas com autorização judicial

cância dentro do TJDF. O resultado foi publicado com exclusividade pelo *Correio* no último dia 17. A investigação tem 47 volu-

mes e conta com depoimentos de juízes e advogados, além de transcrições de escutas telefônicas feitas pela Polícia Civil com

autorização judicial. Foi a sindicância que causou a abertura dos processos administrativos.

Enquanto os processos são analisados no TJDF, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), foro competente para processar e julgar desembargadores, o Ministério Público Federal (MPF) conquistou uma vitória. O ministro Luiz Carlos Fontes de Alencar deferiu pedido do subprocurador-geral da República, José Roberto Santoro, e decidiu desmembrar os autos em duas frentes de investigação.

Com isso, os dois desembargadores serão investigados em processos distintos, para que o Ministério Público Federal possa, como no MPDF, aprofundar a apuração sobre a participação dos magistrados nos supostos crimes apontados na sindicância concluída ano passado. O STJ será responsável por analisar se Pedro Aurélio e Medeiros cometeram crime. O STJ ainda espera, contudo, a denúncia do MPF contra os dois.

COLABOROU ANA MARIA CAMPOS